

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 01/12/2011 Edição Nº 472

João Pessoa/Paraíba ganha local para estacionar carro forte Comissão da CMJP aprova lei que obriga bancos determinarem local para estacionar carros-fortes

Os vereadores Aristávora Santos presidente da Comissão de Orçamento e Finanças (COF), e Marcos Vinícius conseguiram aprovar, por unanimidade, projeto de nº 979/2001, que obriga as agências bancárias e outras instituições financeiras a instalarem, internamente, um local específico e um horário definido para o estacionamento de carros-fortes e o transporte de dinheiro com segurança.

Tavinho e Marcos Vinícius acreditam que essas medidas vão prevenir e evitar, por exemplo, que os agentes de segurança de um carro-forte, que faz o transporte de valores, fiquem expostos, em via pública, e sejam alvos de investidas de quadrilhas e de assaltantes. Eles acham também que as pessoas que passam num local, onde está estacionado um carro-forte abastecendo ou recolhendo dinheiro de uma agência bancária, vira vítima numa tentativa de assalto.

O projeto foi aprovado durante o esforço concentrado desta quarta-feira (30) no plenário da Câmara Municipal de João Pessoa. De acordo com a proposta, após sanção do prefeito, as agências bancárias e instituições financeiras só vão obter o alvará para se instalar na cidade se reservarem uma área interna fechada para o estacionamento de veículos de transporte de valores, ligada ao interior do esta-

belecimento e com acesso exclusivo para seguranças e funcionários.

Todas as outras agências bancárias e instituições financeiras em funcionamento na Capital terão um prazo de um ano para adotar essas medidas. Tavinho destaca que a lei vai atingir todos os estabelecimentos que utilizam o serviço de transporte de valores, como

shopping center's e as empresas com área construída superior a 500 metros quadrado. "Estamos, com isso, resguardando a integridade física dos agentes de segurança e das pessoas que passam por locais onde um carro-forte esteja fazendo a carga e descarga de valores", completou Tavinho.

Fonte: Ascom CMJP

Mais dois requerimentos são apresentados pedindo a votação do PL 1033 do Adicional de Risco de Vida

Já são 83 requerimentos apresentados pedindo urgência na inclusão do PL 1033 na Ordem do Dia para ser votado em plenário da Câmara dos Deputados. É um bom número, mas ainda insuficiente para garantirmos o compromisso de todos os parlamentares com o nosso pleito. Vamos continuar

trabalhando e tentando convencer as bancadas dos nossos estados e regiões, pois em alguns estados, não há um único requerimento apresentado pelos deputados e deputadas.

No dia 30/11, mais dois parlamentares apresentaram requerimento. São eles:



Deputado Ariosto Holanda (PSB-CE)



Deputado Marcos Montes (PSD-MG)

Taxa de desemprego deve fechar o ano em queda, prevê Dieese

Apesar dos sinais de desaquecimento da economia, o desemprego no país deverá fechar o ano em queda. É no que acredita o economista Sérgio Mendonça, técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), responsável pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), feita em conjunto com a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Fundação Seade).

Com base no desempenho do mercado em outubro, ele prevê para os meses de novembro e dezembro taxas em declínio. Entre setembro e outubro, a taxa caiu de 10,6% para 10,1%, a menor variação desde janeiro de 2009. Nas sete regiões metropolitanas pesquisadas - Salvador, São Paulo, Recife, Porto Alegre, Fortaleza, Belo Horizonte e Distrito Federal - o número de desempregados somou 2,24 milhões.

Mendonça observou que, mesmo diante do crescimento mais moderado da economia, há melhora na situação do nível de emprego, em especial, em relação às

contratações com carteira assinada. Em São Paulo, por exemplo, apenas 15% dos trabalhadores são informais.

A região metropolitana de Recife foi a que apresentou a maior taxa de aumento do rendimento médio dos ocupados (2,3%) na variação mensal. Mas foi a região na qual as oportunidades de emprego mais cresceram, principalmente na construção civil, com elevação de 2,7% no nível de ocupação. No entanto, a Grande Recife ocupa ainda a segunda colocação no ranking de desempregados em relação à população economicamente ativa (PEA), com a taxa 13,5%, em outubro, ante 13,9%, em setembro.

A única exceção foi Salvador, onde a taxa ficou praticamente estável, passando de 15,8% para 15,9%. Na região metropolitana de São Paulo, a taxa recuou para um dígito, com 9,9% ante 10,6%, o menor nível dos últimos 20 anos, empatado com janeiro de 1991.

"Mesmo com a turbulência no mercado internacional, aqui no Brasil nós continuamos com a ten-

dência de redução da taxa", pontuou Alexandre Loloian, coordenador da PED pela Fundação Seade.

Nos 39 municípios da região metropolitana de São Paulo, o total de desempregados foi estimado em 1,066 milhão, o que significa queda de 78 mil em comparação ao mês anterior. Como 22 mil pessoas deixaram o mercado de trabalho no período, o número de novas vagas atingiu 56 mil. Os setor de serviços foi o que mais contratou, 68 mil, ou 1,4% a mais que no mês anterior. Mas foi na indústria que se registrou o maior percentual de avanço (1,7%), com saldo de 30 mil novos empregados. Já o comércio teve um corte de 0,6% relativo a 10 mil demissões.

Fonte: Agência Brasil



Comissão de Justiça aprova parecer sobre Justiça do Trabalho

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou, nesta terça-feira (29), o parecer ao PL 3.392/04, da ex-deputada Dr^a Clair (PT-PR), que altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que estabelece a impres-

cindibilidade da presença de advogado nas ações trabalhistas e prescreve critérios para a fixação dos honorários advocatícios na Justiça do Trabalho.

O relator, deputado Hugo Leal (PSC-RJ) ofereceu parecer pela constitucionalidade, juridicidade, técnica le-

gislativa e, no mérito, pela aprovação do projeto.

A proposição que já foi aprovada na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, por tramitar de forma conclusiva, só irá a plenário, caso seja apresentando recurso.

Fonte: DIAP

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV - José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação - Edilson Silva Pereira
Jornalista: Walkíria Simões
Projeto gráfico e diagramação: Walkíria Simões



site: www.vigilantecntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS edifício Venâncio Junior Térreo loja 09-11
Cep: 73.300-000 Brasília - DF